

DECRETO Nº 3.156/2023

“Regulamenta a Lei Complementar Federal nº 195/2022.”

Regulamenta, em âmbito municipal, a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, que dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Botuverá**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, denominada Lei Paulo Gustavo, criada para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural e para os trabalhadores da Cultura;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023, destinado a regulamentar a Lei Paulo Gustavo (lei nº 195/2022);

CONSIDERANDO a separação das competências de cada ente público em relação aos instrumentos de aplicação dos recursos.

CONSIDERANDO que compete aos estados e municípios a edição de regulamentos complementares para elaboração dos editais e aplicação dos recursos, nos termos do o decreto 11.525/2023.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O **Município de Botuverá** recebeu da União, através do programa 30882120230002 do Ministério do da Cultura, em parcela única, no exercício de 2023, o valor de R\$ 63.832,58 (sessenta e três mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos), de acordo com o plano de ação Nº 30882120230002-008750 para aplicação em ações de apoio ao setor cultural, por meio da **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude**.

Art. 2º - O Poder Executivo do **Município de Botuverá**, por meio da **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude**, executará diretamente os recursos de que trata Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, denominada “Lei Paulo Gustavo”, mediante editais e programas que contemplem os artigos 6º (desenvolver ações emergenciais por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios ou outras formas de seleção pública simplificadas do setor do audiovisual) e 8º (apoio ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária das demais áreas da cultura) da referida lei.

Parágrafo único - A **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude**, com o auxílio do Grupo de Trabalho de que trata o artigo 3º deste decreto e das demais Secretarias Municipais competentes, deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para a realização dos editais e chamadas públicas.

Art. 3º - Fica criado o Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo, com as seguintes atribuições:

I – Realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II – Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município de Botuverá, para a distribuição dos recursos na forma prevista na Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, e observando-se o artigo 4º deste decreto;

III – Acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do artigo 2º deste decreto;

IV – Acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município de Botuverá;

V – Fiscalizar a execução dos recursos transferidos, em âmbito municipal, a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022; e

VI – Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município de Botuverá.

Art. 4º - O Prefeito Municipal poderá expedir portaria para complementar, esclarecer e orientar a execução Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, inclusive no tocante à forma de execução e a composição do Grupo de Trabalho.

Art. 5º - Compete a **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude** distribuir os recursos previstos no artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, destinados a área do audiovisual, compreendendo a produção de filmes e vídeos de curta-metragem, videocliques, salas de cinema, cursos e oficinas de formação, através da elaboração e publicação de editais.

Art. 6º - Compete a **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude** elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais em observância ao disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.

Parágrafo Único - Os beneficiários dos recursos contemplados neste Decreto poderão ser nascidos no Município de Botuverá, bem como pessoas físicas naturais de outros municípios e pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, sem comprovação residência ou sede em Botuverá.

CAPÍTULO II

APOIOS

Art. 7º - O apoio de que trata o art. 5º deste Decreto terá os seguintes valores a ser distribuído com o setor do audiovisual, conforme determina o plano de ação aprovado pelo Ministério da Cultura:

Meta 1, Artigo 6º Inciso I – Edital para realização de produções audiovisuais – curta-metragem e clipe musical no valor de R\$ 33.818,50 (trinta e três mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta centavos).

Meta 2, Artigo 6º Inciso II – Edital para apoio a salas de cinema no valor de R\$ 7.730,13 (sete mil, setecentos e trinta reais e treze centavos).

Meta 3, Artigo 6º Inciso III – Edital para Formação, qualificação e difusão no valor de R\$ 3.381,02 (três mil, trezentos e oitenta e um reais e dois centavos)

Art. 8º - O apoio previsto no art. 6º deste terá os seguintes valores a ser distribuído para as atividades de economia criativa e de economia solidária, conforme determina o plano de ação aprovado pelo Ministério da Cultura:

Meta 4, Artigo 8º - Edital para as demais áreas da cultura no valor de R\$ 18.402,93 (dezoito mil, quatrocentos e dois reais e noventa e três centavos)

§ 1º - Compete a **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude** remanejar os recursos de apoios que tratam o artigo 5º deste Decreto, entre as metas 1, 2 e 3, de acordo com a demanda de propostas apresentadas pelo setor do audiovisual;

§ 2º - Não será permitido o remanejamento dos valores reservados aos apoios que tratam o artigo 5º metas 1, 2 e 3, para o apoio que trata o artigo 6º, meta 4 e, dos apoios que tratam o artigo 6º para o artigo 5º.

§ 3º - Os beneficiários dos recursos devem assegurar a realização de contrapartida social a ser pactuada com a **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude**, através de assinatura do Termo de Compromisso, incluída obrigatoriamente a realização de exposições e apresentações gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

§ 4º - Os beneficiários dos apoios de que trata os art. 5º e 6º deste Decreto, apresentarão à **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude**, juntamente à solicitação do benefício, proposta de atividade de contrapartida.

§ 5º - Caberá a **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude** verificar o cumprimento da contrapartida de que trata o § 3º deste Decreto.

§ 6º - Fica vedada a concessão de apoio a funcionários, profissionais com cargos comissionados com portaria vinculada na **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude** do Município de Botuverá ou com contrato de prestação de serviços em vigor até a data de publicação dos editais, com a **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude** de Botuverá.

Art. 9º - O beneficiário do apoio apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício a **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude**, no prazo previsto no edital após o recebimento dos recursos.

Parágrafo Único – O beneficiário do apoio que não apresentar prestação de contas, ou não cumprir com a contrapartida, ou utilizar os recursos em desacordo com o estabelecido neste Decreto, poderá ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei e ficará impedido de contratar e receber recursos por 24 meses, após o final do prazo de prestação de contas.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º - É assegurada a participação da sociedade civil no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos oriundos da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.

Art. 11º - Todas as informações de interesse público relativas à aplicação da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, em âmbito local, ficarão disponíveis no endereço <http://www.botuvera.sc.gov.br/>.

Art. 12º - O Prefeito Municipal, poderá expedir normas para complementar, esclarecer e orientar a execução da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, em âmbito local.

Art. 13º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá/SC, 03 de agosto de 2023.

ALCIR MERIZIO
Prefeito Municipal